



Anais da Assembléia

Nº 128

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 1981

QUARTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Gabriel Sampaio e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

SÚMULA:

REQUER a consignação de voto de profundo pesar pelo falecimento da Professora ARLETE SCHMIDLIN IMBIRIBA.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Professora ARLETE SCHMIDLIN IMBIRIBA.

O lamentável acontecimento veio enlutar a sociedade curitibana e a classe universitária.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco Central.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Ilustre Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando especial atenção na concessão de Carta Patente para instalação de agência bancária para o novo Município de Sarandi, neste Estado, concedendo-se a instituição bancária que efetivamente se comprometa à manutenção da agência na sede daquele município.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981.

(a) ANTÔNIO FACCI

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se pelas constantes notícias dando conta de que, as instituições bancárias estariam interessadas na concessão da referida Carta Patente, visando unicamente transferi-la em seguida para centros maiores. A população de Sarandi (mais de 20.000 habitantes na sede) aguarda com ansiedade a instalação de uma agência bancária para facilitar o desenvolvimento de seus negócios, e, não seria justo conceder-se Carta Patente a quem não tem interesse em participar de sua vida comunitária.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER inserção na Ata dos trabalhos, de manifestação ao General Costa Cavalcanti, Presidente da Itaipu Binacional.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de repúdio ao General Costa Cavalcanti, Presidente da Itaipu Binacional, em função de suas críticas dirigidas ao jornal "GAZETA DO POVO", em função da campanha deste órgão para o fornecimento da energia a custo zero.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente, numa entrevista coletiva, o Presidente da Itaipu Binacional, teceu críticas ao jornal "GAZETA DO POVO" pela sua campanha de fornecimento de energia a custo zero da Itaipu para o desenvolvimento de pólos industriais.

O General comparou Itaipu a Foz do Areia, mostrando total desconhecimento da realidade energética.

Afinal, Foz do Areia foi construída pela COPEL, visando fornecer energia para o Paraná.

Já, com a Itaipu, o nosso Estado nada tem a lucrar. Muito pelo contrário, perderá terras agricultáveis e terá seu território cortado por linhas de transmissão de energia para São Paulo e outros Estados.

Foi muito infeliz a investida do General contra este que é um dos principais jornais do nosso Estado e que se interessa unicamente na defesa de teses paranistas.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER seja enviado voto de congratulações ao Professor Egas Dirceu Muniz de Aragão pelo recebimento da Medalha "Teixeira de Freitas".

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado o voto de congratulações, cópia desta proposição e, oportunamente, projeto conferindo-lhe o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao eminente professor e jurista, Egas Dirceu Muniz de Aragão, catedrático aposentado da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, pelo recebimento da Medalha Teixeira de Freitas, a mais importante láurea jurídica conferida no País, pelo Instituto dos Advogados do Brasil.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981.

(a) RENATO BUENO.

JUSTIFICATIVA:

O Professor Egas Dirceu Muniz de Aragão, nascido em Promissão, Estado de São Paulo e radicado no Paraná, onde bacharelou-se na Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, escreveu uma trajetória brilhante até alcançar o maior prêmio concedido no Brasil a um jurista. Basta dizer que, criado em 1926, pelo Instituto dos Advogados do Brasil, até a presente data, só foi conferido a trinta e uma personalidades do nosso mundo jurídico, tendo sido o primeiro contemplado o tratadista Clóvis Beviláquia. Poderíamos citar, entre os privilegiados detentores da Medalha Teixeira de Freitas, luminas de nossa jurisprudência, a exemplo de Pontes de Miranda e mais recentemente, Nelson Hungria, Afonso Arinos de Mello Franco e Clóvis Ramallete.

O Professor Egas Dirceu Muniz de Aragão começou sua carreira profissional, advogando no Município de Jandaia do Sul, em 1952.

Em março de 1954, inscreveu-se na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, onde foi eleito Conselheiro.

Em 1964, foi eleito Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, cargo no qual permaneceu até 1965; e, hoje, ainda conserva o título de Conselheiro nato da entidade.

Surpreendeu seus próprios colegas de profissão com a sabedoria e justeza dos seus pareceres como membro da 1ª Comissão de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Paraná, nos anos de 1975/76.

Na qualidade de professor catedrático de Direito Processual da Faculdade de Direito da UP, cargo no qual se aposentou em 1972, era querido e respeitado pelos seus discípulos. Entre os depoimentos de seus ex-alunos, encontramos o do advogado Antônio Moris Cury, que foi o orador na homenagem que lhe foi prestada pela Ordem dos Advogados, Seção do Paraná, que assim se pronunciou: "imperturbável serenidade e absoluta eficiência em suas aulas".

Entre as obras publicadas, que compõem a contribuição do Professor Egas Dirceu Muniz de Aragão, à jurisprudência nacional, se encontram, como peças de leitura obrigatória de nossos advogados, "A Correição Parcial", "Embargos Infringentes", "Estudos Sobre a Reforma Processual", "Comentários ao Código do Processo Civil" e dos "Recursos Cíveis".

Não foi por acaso, portanto, que o professor paranaense por adoção, recebeu o maior prêmio concedido a um jurista brasileiro pelo Instituto dos Advogados do Brasil. O professor Egas Dirceu Muniz de Aragão soube pela sua inteligência, capacidade de trabalho e pureza de raciocínio situar-se entre as maiores figuras da jurisprudência brasileira.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 121/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

SÚMULA:

Doa ao patrimônio da Prefeitura do Município de Irati, área pertencente ao Estado, que especifica.

Art. 1.º — Fica autorizado o Poder Executivo do Estado

do Paraná, a doar área de 166.687,50 m², pertencente ao Estado, e componente da Gleba n.º 1 da Planta Caetano Zarpe- lon, no Município de Irati, conforme demarcação constante do mapa em anexo, à Prefeitura Municipal de Irati.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981.

(a) JOÃO MANSUR.

JUSTIFICATIVA:

É indiscutível que o Município de Irati, tem apresentado no decorrer dos últimos anos, face ao labor e predestinação de sua população desenvolvimento considerável, baseado fundamentalmente na consolidação de sua produção agrícola e pecuária, a par de outras fontes de produção que contribuíram preponderantemente para aquele progresso.

Para lá acorreram, somando para tal fim, estrangeiros e brasileiros, dos mais diversificados pontos, que somando trabalho a novos conhecimentos contribuíram para o desenvolvimento hoje alcançado e conhecido.

O presente plano de lei, ao propor a destinação da área em questão através de doação à Prefeitura Municipal de Irati, objetiva destinar condições àquele executivo, para que ali possa vir a ser construído um complexo destinado a acolher parque de exposições, e também a instalação de um centro de cultura tradicionalista.

Razão pela qual, esperamos venha este projeto ter o acatamento de meus nobres Pares, o que se acontecer, permitirá à população de Irati, através da realização de exposições, não somente tomar de conhecimento público sua pujança e progresso, bem como propiciar o desenvolvimento de novas promoções culturais através de programações a serem realizadas por grupos folclóricos ali instalados.

PROJETO DE LEI N.º 122/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) ao Hospital de Caridade de Palmeira, destinado à aquisição de móveis e utensílios e demais equipamentos para sua ala maternal, recém construída.

Art. 2.º — A despesa decorrente da execução desta lei, correrá à conta da dotação própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de outubro de 1981.

(a) LINEU TURRA.

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade de Palmeira, entidade de caráter filantrópico que presta assistência às pessoas carentes do Município e região, vem passando dificuldades de ordem financeira e por isso mesmo sem recursos para investir no melhoramento das suas instalações.

Premida pelo afluxo de pessoas que procuram internamento, a sua Diretoria, num esforço ingente conseguiu financiamento para sua ampliação, construindo uma ala maternal com 28 leitos, pois atualmente tem apenas 12 leitos, em condições precárias, inclusive de isolamento, servidos de um único sanitário. Concluída a obra, o seu funcionamento está na dependência de aquisição de equipamentos, bem como de móveis e utensílios.

Assim, colocada em funcionamento essa ala maternal, grandes serão os benefícios para a comunidade, que ali será atendida, sem necessidade das parturientes se locomoverem, como hoje acontece a Curitiba ou Ponta Grossa, com grandes

difficultades, principalmente, às pessoas de parcos ou sem nenhum recurso.

Dai a razão e oportunidade do presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (Ausente).

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Cotrim.

O SR. ANTÔNIO COTRIM — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ninguém contesta que a obtenção de saldos nas nossas permutas internacionais será um dos mais eficientes fatores para a solução do problema financeiro em que está empenhado o Governo do País. E as medidas que fazem parte do programa da atual administração visam principalmente aquele objetivo.

Maior economia será alcançada com a possível diminuição de entrada da gasolina e do trigo em grão, indiretamente determinada pela obrigatoriedade do uso do álcool e de produtos derivados do milho e da mandioca, como coadjuvantes nas múltiplas aplicações daquelas mercadorias de importação até certo ponto dispensável.

O álcool, como sucedâneo da gasolina, vem sendo desde algum tempo satisfatoriamente usado em Pernambuco. Como se vê não alimento dúvida sobre a praticabilidade de vantagens da mistura do álcool à gasolina, na proporção de dez por cento.

O Governo pensa também em economizar os nossos recursos de ouro para trocas internacionais, reduzindo o consumo de trigo, que é quase todo importado.

Essa idéia é perfeitamente viável, não só pela adição do nosso fubá mimoso à farinha de trigo, como também pela obtenção de maior porcentagens da farinha de trigo importado.

Tudo isso, mostra como só há motivos para aplaudir a idéia de obrigar a mistura do fubá mimoso à farinha de trigo. O pão não diminuirá de valor como alimento e nem deixará de ser aceito pelo público. É uma questão de hábito, que se imporá tanto mais facilmente quando se tiver em conta o benefício geral que ele resultará.

A meu ver, portanto, podemos diminuir consideravelmente o volume da nossa importação, não só dos artigos de uso suntuário, mas também dos necessários como a gasolina, o trigo, etc.

Quem estiver prestando atenção a esta leitura, deverá estar imaginando que leio transcrições de jornais desta semana. Entretanto, Senhores, pasmem, pois, leio trecho transcrito do "Diário de São Paulo" do dia 30 de dezembro de 1930, quando muitos de nós que estamos nesta Casa nem havíamos nascido.

Hoje, quase 51 anos depois, os mesmos problemas permanecem nas mesas dos ministros da área econômica, a espera de solução.

Um determinado empresário americano de nome PAUL MEYER, escreveu aos seus distribuidores a seguinte mensagem. "tudo que você vivamente imaginar, ardentemente desejar, sinceramente acreditar e entusiasticamente colocar em ação, inevitavelmente tornar-se-á realidade".

Esta mensagem parece que ainda não chegou aos ouvidos dos governantes brasileiros e, principalmente dos tecnocratas que se arvoram de "donos da verdade".

Já naquela época, o conde Matarazzo, na sua agenda escrevia o seguinte: "além da vantagem de diminuir a importação, seria muito apreciável a economia com que esse regime poderia beneficiar a despesa dos orçamentos domésticos, sem empobrecer em sua qualidade alimentícia o produto obtido".

Os pães que mandamos fabricar com três tipos de farinha, mostram que o produto não mudou muito no seu aspecto, e nada perde das suas qualidades nutritivas.

Contrapõe-se às vantagens do pão misto, o encarecimento do milho, que o seu maior consumo acarretará. Não se justifica esse receio. O argumento do consumo aconselharia o desenvolvimento do milho.

Esta é mesmo uma outra face interessante da questão. O café está em crise: há muita terra abandonada e muita gente sem trabalho. Por que não devemos admitir que a cultura do milho, com consumo garantido, não possa ser coadjuvante da solução desses outros problemas?

Pelo que vemos e lemos, podemos seguramente afirmar que a mensagem de PAUL MEYER realmente não está sendo considerada. Acho até que quem estava com a razão era o ex-Presidente francês Charles de Gaulle, que disse que "o Brasil não era um País sério".

Após 1973, quando o mundo, e, conseqüentemente, o Brasil começou a enfrentar o problema dos altos custos do petróleo, embora tardiamente, foi desenvolvido o Programa de Substituição da Gasolina por Álcool, cujo programa embora capengante e inseguro, vai aos poucos se consolidando como alternativa energética de substituição do petróleo importado.

Mas quase nada foi feito, ou está sendo feito para diminuir a importação de trigo em grão.

Embora se tenha feito um esforço para aumentar a produção de trigo no País, os resultados obtidos não foram os esperados, por várias razões. Entre elas:

- inadequadas áreas de plantio;
- variações climáticas imprevistas,
- falta de sementes adequadas aos climas do País,
- outros fatores.

Conhecidas, portanto, as várias razões que determinam a baixa produção e produtividade da cultura de trigo no Brasil, cabe aos técnicos do Ministério da Agricultura, em conjunto com as demais áreas de decisão, encontrarem alternativa substitutivas para aliviar as necessidades de importação e, com isso, amenizar a sangria de recursos e de divisas nesse setor.

Sabe-se, com a riqueza de dados e de experiências realizadas pelo Instituto Tecnológico de Alimentos — ITAL —, de Campinas que o milho é o melhor substitutivo do trigo na alimentação humana, quer sendo como farinha pré-gelatinizada na mistura com a farinha de trigo, para fabrico de pão, quer como produtos industrializados para fins alimentares.

Segundo a Portaria 23-Super da SUNAB, de 18/03/81, que regulamenta a aquisição do trigo nacional, safra de 1981, a tonelada de trigo em grão será paga a Cr\$ 28.500,00, peso básico por hectolitro 78.

Já a Portaria Super-35, também da SUNAB, de 28/05/81, fixou o preço de comercialização do trigo nacional e importado que serão entregues aos moinhos, já com ICM, armazenagem, transporte, etc.; incluso, em suas instalações moageiras ao preço de Cr\$ 11.310,00 por tonelada.

Se tomarmos por base apenas o trigo nacional, cuja produção está prevista em 2.300.000 toneladas para esta safra, teremos as seguintes despesas com o subsídio:

Preço de aquisição	Cr\$ 28.500,00/t
Preço de venda aos moinhos	Cr\$ 11.310,00/t
Subsídios	Cr\$ 17.190,00/t
2.300.000 toneladas X Cr\$ 17.190,00/t	teremos então
a cifra de Cr\$ 39.537.000,00	fora as despesas de armazenagem, transporte, etc.

Se considerarmos que o trigo importado deva custar o mesmo valor por tonelada do trigo nacional e, prevendo-se um consumo nacional da ordem de 6.300.000 toneladas, teremos os seguintes resultados:

6.300.000 toneladas X Cr\$ 17.190,00/t	- Cr\$
... Cr\$ 108.297.000,00	t equivalente US\$ 1.000.000.000,00

(um bilhão de dólares).

Acrescente-se a esse valor o que será dispendido somente para a importação de aproximadamente 4 milhões de toneladas,

ao preço de US\$ 180.00 por tonelada e constatamos que vamos dispendir mais Cr\$ 80 bilhões (720 milhões de dólares).

Se a balança comercial é deficitária, com a retirada total do subsídio do trigo e diminuição de importação, teríamos uma economia de aproximadamente US\$ 1.100.000.000,00 por ano, que acrescidos dos juros resultaria num montante razoável de alívio na nossa dívida externa.

Mas, não termina aqui a nossa exposição.

Somente com a retirada do subsídio oferecido ao trigo nacional, haveria uma economia, como já vimos anteriormente, de aproximadamente Cr\$ 40.000.000.000,00.

Essa importância seria suficiente para que o Governo pudesse pagar todo o milho consumido na alimentação humana no Brasil. Ou, se optasse pela compra de outros produtos de largo uso popular, com o dispêndio do total do subsídio ou seja, 11 ob, poderia adquirir:

41 por cento de todo o arroz consumido pelo brasileiro; ou 52 por cento de todo o feijão consumido pelo brasileiro; ou 110 por cento de mandioca consumida pelo brasileiro; ou 98 por cento do frango consumido pelo brasileiro.

E é aqui que queríamos chegar.

Embora aparentemente, os dispêndios que o subsídio do trigo acarreta à Nação tenha um fundo social, de oferecer alimentos mais baratos ao povo de menor poder aquisitivo, vamos verificar, através de exaustivos trabalhos desenvolvidos pela DERAL - Departamento de Economia Rural, da Secretaria de Estado da Agricultura do Governo do Paraná, através de uma Comissão de Planejamento Agrícola - CEPA, que não são as camadas mais pobres as beneficiadas pelo subsídio dado ao trigo.

Num estudo elaborado por essa Comissão, em junho de 1980, lemos o seguinte:

"Segundo o ENDEF, as famílias de maior poder aquisitivo consomem mais trigo do que as de menor renda. Considerando-se este fato, conclui-se que o trigo é um produto elitista, e, portanto, analisado o aspecto de distribuição de renda, constata-se que o subsídio ao trigo está sendo aplicado ao produto errado.

Ainda para corroborar estes estudos, com a conclusão final de que o subsídio ao consumo do trigo não é todo revestido de caracteres sociais, levantamos dados, em pesquisa realizada neste mês de outubro, segundo as quais constatamos que:

- Das 5 milhões de toneladas de farinha de trigo consumidas atualmente, três são destinadas à panificação. A retirada total e imediata do subsídio do trigo, implicaria em um aumento de apenas Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) na unidade de pão francês de 100 gramas. Portanto, onde se pensa que poderia haver maior impacto, isso não ocorrerá. Hoje, o preço final do pão está muito mais em função da mão-de-obra, da energia elétrica, dos encargos sociais e outros elementos componentes do custo, do que do preço da farinha de trigo. Segundo dados levantados, a retirada total do subsídio implicaria num aumento de apenas 20 por cento no custo do pão para o consumidor, o que é perfeitamente assimilável.

- O macarrão, que ocupa 500 toneladas anuais de farinha, 40 por cento dele não se destina às camadas pobres, pelas suas características de elaboração e embalagem.

- As bolachas e biscoitos utilizam 300 mil toneladas de farinha de trigo, e não são produtos de primeira necessidade.

Num outro trabalho desenvolvido pelo técnico do Ministério da Agricultura, Dr. RENATO ZANDONADI, que recebe como título "O caro trigo barato que o brasileiro consome", podemos destacar alguns tópicos, como:

"A partir de 1974, o consumo interno de trigo apresentou um incremento médio anual de 11,1 por cento sobre o consumo global e 8,3 por cento sobre o consumo "per capita", enquanto que no período de 1967 a 1973, o aumento no consumo global

foi de 5,3 por cento ao ano. Hoje, o consumo "per capita" de trigo em grão, no País, situa-se em torno de 52 kg/ano, contra 32 kg/ano em 1970".

A política de preços administrados para o trigo, adotado pelo Governo, provocou também, como foi mencionado, redução no consumo de outros produtos internos, como o feijão, milho, arroz e mandioca, cujos preços não são subsidiados, e colocaram-se em desvantagem comparativa com o trigo, devido a alteração no relativo a preços."

Com a interrupção das retiradas trimestrais do subsídio do trigo, verificada neste segundo semestre e, com os acréscimos muito naturais de preço de mercado do milho, é muito provável que em breve a farinha de trigo venha a ser novamente utilizada na composição da ração animal, como já aconteceu, e é do conhecimento geral.

Como justificar a manutenção do subsídio do trigo revendido aos moinhos, quando os preços dos produtos de trigo estão liberados no mercado? A quem estaria realmente beneficiando a permanência desse subsídio?

Se a proposta colocada inicialmente neste Governo pelo Presidente JOÃO FIGUEIREDO, de dar "prioridade à agricultura", ainda permanente, urge que as medidas concretas sejam tomadas.

A cultura do milho cresceu no País, nos últimos 15 anos, apenas 2,5 por cento, enquanto o trigo cresceu 10,14 por cento; observe-se que enquanto o milho para crescer 2,5 por cento aumentou em apenas 1,74 por cento, a área de plantio, o trigo para crescer 10,14 por cento aumentou em 12,02 por cento a área de plantio. Observe-se, portanto, que enquanto a cultura de trigo caía em: produtividade, a cultura do milho aumentou.

Por outro lado, a cultura do milho é possível em quase todo o território nacional, e no nosso Estado é sabido que grande parte dos produtores de milho são pequenos agricultores, que cultivam pequenas áreas próprias ou arrendadas, e na maioria das vezes, em terrenos acidentados, impróprios para a mecanização.

Sabemos também que o preço pago ao produtor, fica extremamente defasado em função dos intermediários, que aliás, tornam-se imprescindíveis nesse tipo de atividade agrícola em determinadas regiões. Compete pois, ao Governo, através do Ministério da Agricultura e da Secretaria da Agricultura do Estado, estimular o plantio de milho, oferecendo preço compensador aos agricultores e, se necessário, utilizar o subsídio atualmente concedido ao trigo para beneficiar os produtores de milho, transferindo o produto aos industriais a preços que viabilizem a sua industrialização para o consumo humano, como substitutivo do trigo.

No Paraná, maior produtor de milho do Brasil, existem inúmeras empresas que industrializam o milho. São empresas nacionais, que não obstante ainda não disponham de uma avançada tecnologia na produção de alimentos derivados do milho, possuem uma associação que vem lutando para que o Governo volte sua atenção para o problema, dando a essas empresas condições de desenvolvimento tecnológico, suficientes para substituir na alimentação humana, o "caro trigo barato que o brasileiro consome".

Para sentir a omissão do Governo nesse sentido, basta destacar que enquanto os moinhos de trigo adquirem do Governo Federal o produto para pagamento em condições de 30 a 60 dias, sem a incidência de juros, o que se torna um peso para toda a Nação e benefício só para essas poderosas empresas, os industriais do milho submetem-se a empréstimos bancários com juros elevados para poderem adquirir a matéria-prima para a sua empresa. Enquanto aos moinhos é fornecida uma cota mensal, que dispensa instalações de armazéns, as empresas de moagem de milho precisam imobilizar em instalações de armazenagem para garantirem matéria-prima durante a entressafra.

Volto então, a insistir e a perguntar: está realmente o

Governo interessado em diminuir o déficit na balança comercial e financeira do Brasil?

Está o Governo realmente interessado em prestigiar e proteger a empresa nacional, contra as multinacionais?

Se está, a conclusão é simples:

Abolição imediata de todo o subsídio dado ao trigo; incentivo ao plantio de milho, com garantia de preços ao produtor; e, apoio às indústrias moageiras de milho, com garantia de produto, preços compatíveis com o poder aquisitivo do povo e proteção contra as multinacionais.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, utilizaremos os primeiros dez minutos, e os seguintes, o Deputado José Tavares.

Só indagaria de Vossa Excelência se a Liderança do PDS, na continuidade, que é a prática da Casa, utilizaria ou não o horário que lhe é reservado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Esta Mesa, por um lapso, agradece a lembrança de Vossa Excelência e consulta a Liderança do PDS, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Havendo declinado, consulta a Liderança do Partido Popular.

Tendo declinado, consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Ausente, concede a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich, por dez minutos.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Parlamento brasileiro, nos último dezessete anos, foi marcado pelas injunções do regime. Como todas as instituições sociais, este poder perdeu sua autonomia, viu declarada a falência de sua capacidade de intervenção, limitadas ao extremo todas as suas funções democráticas. Durante este período, foi mantido em funcionamento para servir a farsa democrática. Utilizado pelas oposições como uma das poucas tribunas que ainda restava para denunciar, com todas as limitações que conhecemos, as arbitrariedades cometidas contra o povo.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando as forças populares acumularam forças suficientes para pressionar o regime e conquistar um espaço democrático, entre as tarefas que devamos assumir está a reconquista plena dos poderes do Legislativo, sua autonomia, independência. Só assim teremos resgatada a dignidade do Parlamento. Só assim teremos reconquistadas as condições de vida democrática neste País.

Nesta perspectiva se dá o esforço das oposições democráticas no Brasil. E creio, Senhores, que independente de partidos, podem se agregar neste esforço todos os homens lúcidos, todos os políticos que enxergam com nitidez o momento que vivemos. E sabem que a sua própria dignidade está em causa, na condição de Parlamentares, diante desta questão.

E como parlamentares nós, oposicionistas, que sempre lutamos pela democracia, reconvocamos a todos a lutarem por este objetivo. Certos de que acima de interesses menores, encontraremos entre aqueles que receberam delegação popular através do voto, a firme disposição de lutar pela reconquista da dignidade deste Poder fraudado pelas forças do arbítrio.

Este esforço é boicotado, neste momento, pela repetição de um processo na Câmara Federal que apenas denigre o Parlamento. O instituto casuista da aprovação de projetos do Exe-

cutivo “por decurso de prazo” é uma das fórmulas mais degradantes que se impôs ao Legislativo nos últimos tempos. O melhor seria, Sr. Presidente, que o regime continuasse a fechar o Congresso toda vez que deseja aprovar um projeto seu? Ficaria claro, evidente, aos olhos da Nação, seu comportamento arbitrário em relação aos demais Poderes. Pior é a ação sub-reptícia, a fórmula cruel que retira do Parlamento os seus poderes e sobre ele joga as responsabilidades sobre os desmandos cometidos através de projetos e programas antinacionais e antipopulares aprovados através desse recurso vil que é o decurso de prazo.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta fórmula não teria vigência não fosse a submissão, a subserviência da bancada que dá apoio ao Governo. E como se comporta esta bancada no Congresso Nacional? Renuncia ao seu papel legislativo, se omite, abandona o campo de luta, esvazia o plenário para não oferecer “quorum” e permitir a aprovação como quer o Executivo, como quer o regime.

Assim, Senhores, vão sendo aprovados “por decurso de prazo”, por omissão legislativa da bancada governista, os projetos que lhe interessam. Mas que não interessam ao povo. Isso é muito claro. É o caso das modificações no jogo eleitoral, especialmente o instituto da sublegenda, mais uma invenção casuística que pretendem impor na esperança de assim modificar os resultados que expressam a vontade do povo e que certamente, como sabem os que estão no poder, em 1982 tentará substituir pelo voto aqueles que governam e desmandam há tanto tempo neste País.

Outro exemplo é o pacote da Previdência. Afirmam os jornais de hoje que o Governo teve uma importante vitória no dia de ontem, quando a Bancada do PDS durante as quatro horas de discussão do projeto, impôs manobras obstrucionistas que impediram que todos oradores falassem, e por isso, a discussão será retomada na noite de hoje, quando poderá faltar tempo para a votação, o que levaria a aprovação do pacote “por decurso de prazo”. Se já é um embrulho, o “pacote da Previdência” tem agora para atar de vez essa pretensão, não só o decurso de prazo, mas a omissão do PDS no Congresso Nacional.

Mas essas manobras, Sr. Presidente, Srs. Deputados, decididas como foram pela cúpula do PDS, com todos os membros, denigrem, na verdade, o Poder Legislativo. São manobras a manchar, histórica e definitivamente, a vida do Parlamentar deste País.

Transferem para o Executivo o direito de aprovar um projeto que não passou pelo crivo dos Representantes do Povo. Fazem do Parlamento um saldo grotesco de manobras que nos revelam a indisposição do Governo de submeter, democraticamente, seus projetos.

Todos sabem que este pacote da Previdência traz em si sérias deformações do ponto de vista dos interesses populares. Todos sabem que se este pacote da Previdência fosse submetido ao povo, seria imediatamente repudiado.

Como aprová-lo? Como conseguir a sua imposição segundo a farsa democrática? Enviando-o ao Legislativo, e depois fazendo deste mesmo Legislativo uma instituição omissa, que se exime de suas responsabilidades para atribuir ao Executivo absoluta condição de aprová-lo, de submeter o povo aos seus interesses.

Ora, Senhores, se o Poder Legislativo é submetido a este papel, vê-se que estamos distantes da vida democrática. Vemos que há, entre nós, parlamentares, aqueles que não merecem a delegação popular que obtiveram, pois dela se omitem para beneficiar um regime que se caracteriza exatamente pela frustração da participação popular no processo decisório.

Temos a esperança de que um dia este Poder estará novamente liberto de imposições como estas que vivemos hoje. Um dia em que seus integrantes merecerão o respeito pela

sua função e pelo respeito à delegação que receberam. Um dia, em que voltará a ser vergonhoso e degradante a atitude de oferecer ao Governo, a este regime, as condições de exercer, sob a farsa da democracia e da existência plena do Legislativo, a mesma base autoritária que tanto marcou nossa vida nos últimos dezessete anos.

Então seremos uma Nação democrática, um povo livre, um país na perspectiva do progresso material e social. Rumo do qual fomos desviados pelos que assumiram o poder e por todos aqueles que lhe deram apoio nestes tempos de arbítrio e traições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, na tarde de hoje, é para relarmos um fato ocorrido na cidade de Alvorada do Sul, Norte do Paraná, a qual temos a honra de ser um dos seus representantes aqui nesta Casa.

Tratando-se de um assunto político e de alto interesse da comunidade de Alvorada do Sul é que nós entendemos proceder a leitura de uma reportagem publicada pela "FOLHA DE LONDRINA", do dia 15 de outubro do corrente ano, vazada nos seguintes termos. (Lê):

"MÉDICO DEIXA ALVORADA ALEGANDO TRAMA POLÍTICA

O médico Eurico Higa, que exercia a atividade há 11 anos em Alvorada do Sul, acaba de se mudar da cidade, alegando, numa carta encaminhada à Câmara dos Vereadores local, que foi vítima de uma trama política envolvendo o Prefeito de Alvorada, Álvaro Alves (tio do Secretário da Saúde, Oscar Alves), médico-chefe do 17.º Distrito Sanitário, em Londrina, Jurandir Alvino da Silva e outras pessoas ligadas ao órgão. O médico diz, na carta, que foi obrigado a deixar a cidade porque não suportava mais as pressões depois que denunciou ao 17.º DS que o Supermercado Casa do Povo, (de propriedade do irmão de Álvaro, Jayme Alves) estava vendendo leite "in natura" como se fosse pasteurizado e outros produtos sem as mínimas condições de higiene. O médico diz que foi obrigado a se mudar de Alvorada, "porque, em termos profissionais, as portas aqui se fecharam". — conforme narra na carta. P. 8."

Folha de Londrina — quinta-feira - 15/10/81

TRAMA POLÍTICA LEVA MÉDICO A MUDAR-SE DE ALVORADA DO SUL

Depois de ter feito uma denúncia contra irregularidades na venda de produtos comercializados pelo Supermercado Casa do Povo, em Alvorada do Sul, no

mês de junho, o médico Eurico Higa, que exercia a profissão naquela cidade há 11 anos, viu-se obrigado a ir de mudança com a família para o Mato Grosso, em consequência das pressões que passou a receber.

Em uma carta endereçada à Câmara Municipal de Alvorada do Sul, antes de mudar-se, Eurico diz que foi vítima de uma trama política envolvendo o prefeito daquela cidade, Álvaro Alves, o médico chefe do 17.º Distrito Sanitário de Londrina, Jurandir Alvino da Silva, e outras pessoas ligadas a esse órgão.

A DENÚNCIA

Em sua carta, o médico narra que foi obrigado a deixar Alvorada do Sul, apesar de gostar muito da cidade, porque não suportava mais as pressões desde que denunciou ao 17.º Distrito Sanitário, em Londrina, que o Supermercado Casa do Povo estava comercializando leite "in natura", como se fosse pasteurizado, latarias velhas e banha ensacada, sem as mínimas condições de higiene. Segundo o médico do 17.º Distrito Sanitário, Abílio Manuel H. da Silva, foi até Alvorada e solicitou a ele um ofício relatando as irregularidades. O que Eurico fez, na qualidade de funcionário da Defesa Sanitária naquela cidade, já que o médico responsável pelo órgão Tácito de Moraes Rego, estava ausente.

FALSA "BLITZ"

Ele conta que isso ocorreu no dia 25 de junho e que no dia 02 de julho foi chamado ao supermercado onde "tive a surpresa de encontrar o médico-chefe do 17.º Distrito Sanitário, Jurandir Alvino da Silva". Eurico lembra, na carta, que Jurandir estava acompanhado pelo Prefeito de Alvorada do Sul, Álvaro Alves, além de agentes e inspetores de saneamento e funcionários da DIPOA. O que lhe causou maior surpresa ainda, foi o fato de o ofício por ele assinado, dando conta das irregularidades, ter sido mostrado a Jurandir Alvino e ao proprietário do supermercado, Jayme Alves (irmão do Prefeito), apesar de ser um documento sigiloso.

Em seguida, Eurico assistiu à vistoria que — segundo ele — não revelou qualquer irregularidade, porque dois dias antes, já haviam sido retirados todos os produtos impróprios para venda, das prateleiras". O médico observa, na carta, que há testemunhas desse fato, mas não as evidencia, "para que não sofram represálias".

AS CONTAS

Mas tudo não parou aí. No dia 08 de julho, Eurico recebeu uma carta do Prefeito — que também é o Presidente da Sociedade Beneficente do Hospital Comunitário de Alvorada do Sul — onde ele trabalhava, ordenando-lhe que desocupasse as dependências do hospital.

O médico observa que foi expulso da cidade, "porque, em termos profissionais, as portas aqui se fecharam".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, com base na notícia que trazemos a esta Casa, publicada por um jornal "Folha de Londrina", nós estamos aqui apenas, pura e simplesmente, para, ao mesmo tempo em que registramos essa ocorrência, solicitar do Sr. Secretário da Saúde, Dr. Oscar Alves, uma palavra pública a respeito desse episódio, porque sabemos que o médico, Dr. Eurico Higa, que nem mora mais aqui no Paraná, na condição de servidor da Secretaria da Saúde, em Alvorada do Sul, simplesmente, no cumprimento do dever, constatou que o Supermercado Casa do Povo, de propriedade do Sr. Jayme Alves, tio do atual Secretário da Saúde, irmão do Prefeito de Alvorada do Sul, estava vendendo leite "in natura" como se fosse pasteurizado, latarias estragadas, e outros produtos sem condições de consumo pela população e, por ter tido a coragem de, no cumprimento do dever, de, ao constatar essas irregularidades, denunciar ao seu superior imediato, o médico-chefe do 17º DS de Londrina, esse médico, o Dr. Eurico Higa, fora punido e nós como trazemos no corpo a marca da perseguição e da injustiça e não admitimos isso de forma alguma contra quem quer que seja, não poderíamos nos silenciar mais uma vez, diante desse fato.

Acho que a palavra fica com o Sr. Secretário da Saúde, porque, afinal de contas, as acusações são pesadas, as afirmações que o médico fizera através de uma carta à comunidade de Alvorada do Sul e divulgada através da imprensa são verídicas, até prova em contrário e, portanto, nós na qualidade de representantes do povo e também de representantes daquela comunidade aqui nesta Casa, gostaríamos que o Sr. Secretário de Saúde viesse a público esclarecer, de uma vez por todas, o envolvimento de um estabelecimento comercial, pertencente a um membro de sua família.

Para que, com isso, pessoas que no cumprimento de seu dever não venham a ser novamente injustiçadas. O que é lamentável, que a gente tome conhecimento de fatos como este.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 29/78, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná", ao Sr. ARMANDO SOICHI IWAIWA, servidor público estadual. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 29/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ARMANDO SOICHI IWAIWA, servidor público estadual.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

RENATO BERNARDI - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/78, que declara de utilidade pública o CENTRO SOCIAL DE BUTIATUVINHA, com sede e foro nesta Capital. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 180/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o CENTRO SOCIAL DE BUTIATUVINHA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

RENATO BERNARDI - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 33/81, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS JOÃO PAULO I, com sede e foro em Curitiba. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 33/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS JOÃO PAULO I, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

RENATO BERNARDI - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 64/81, que cria o Distrito Administrativo de VIDA NOVA, com sede na localidade do mesmo nome, no Município de Sapopema. - Aprovado

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 64/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado no Município de SAPOPEMA, o Distrito Administrativo de VIDA NOVA, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

"Começa no Rio Laranjinha na Foz do Córrego do Veado; sobe por este até o cruzamento da estrada Vida Nova - Congonhas, seguindo pela referida estrada rumo Vida Nova e posteriormente segue pela estrada do Xisto, rumo Sapopema, até confrontar a nascente da Água dos Cordeiros, pela qual desce até sua foz no Ribeirão das Pedras, e por este abaixo até sua foz no Rio Laranjinha, pelo qual desce até alcançar a foz do Córrego do Veado, ponto de partida".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de outubro de 1981.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

GABRIEL SAMPAIO - Relator

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 05/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 10/81), que subcreve aumento de capital da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, mediante integralização pela incorporação do imóvel situado em Curitiba e de propriedade do Estado, conforme especifica. Parecer Favorável da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 47/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., à ex-Proposição

n.º 16/81, (Mens. Govern. n.º 17/81), que aprova o Termo de Renovação do Convênio n.º 117/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Cianorte, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, objetivando aplicação de recursos financeiros do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 48/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 46/81, (Mens. Govern. n.º 48/81), que aprova o convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, com o Município de Piraquara, objetivando aplicação de recursos do Fundo de Participação dos Estados no Programa de recuperação da área do manancial do Rio Iraí. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 49/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 57/81, (Mens. Govern. n.º 63/81), que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Ministério da Indústria e do Comércio, visando a realização da "II Feira Brasileira de Artesanato". — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 59/81, (Mens. Govern. n.º 65/81), que aprova os Termos Aditivos a Convênios firmados entre o Governo do Estado do Paraná, e os Municípios de Centenário do Sul, Colorado, Moreira Salles, Santa Isabel do Ivaí e Terra Roxa, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede dos referidos municípios. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51/81, oriundo de Parecer aprovado por maioria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 61/81, (Mens. Govern. n.º 67/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, e o Instituto de Açúcar e do Alcool, objetivando a implantação do "Projeto de Capacitação de Pessoal para Incremento e Racionalização de Alcool de Cana". — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 63/81, (Mens. Govern. n.º 69/81), que aprova o convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios especificados, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana nestes municípios. — **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 53/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição n.º 68/81, (Mens. Govern. n.º 75/81), que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior, e os Municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos na execução de obras de controle da erosão urbana, nos municípios citados, de conformidade com a programação para o exercício de 1981 do PRONOROESTE. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito na área do Município de Curiúva, para consultar a popu-

lação sobre a criação do Município de Figueira. — **Aprovação, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 129/79, de autoria do Deputado LINEU MANSANI TURRA, que autoriza o Poder Executivo instituir a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na referida cidade e que se regerá por Estatuto aprovado por Decreto Governamental. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 129/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma cidade, que se regerá por estatuto aprovado por Decreto do Governador.

Art. 2.º — A Fundação terá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, com o qual será apresentado o respectivo Estatuto.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído.

a) — pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem destinados.

b) — pelos saldos dos exercícios financeiros,

c) — pelas contribuições, doações, subvenções e auxílios que lhes forem feitos ou concedidos pela União, pelo Estado, pelos Municípios e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros ou por pessoas físicas, e,

d) — pelos juros bancários ou receitas eventuais.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de.

a) — rendimentos de seu patrimônio, os quais serão complementados pelo instituidor, o Estado do Paraná, através de recursos consignados anualmente no Orçamento Geral do Estado, sob a forma de dotações globais e específicas, cujo montante não poderá ser, em cada ano, inferior à consignação do exercício imediatamente anterior,

b) — auxílios, contribuições, doações e subvenções constantes do Orçamento da União, Estados e Municípios,

c) — taxas, emolumentos escolares, contribuições e anuidades;

d) — rendas patrimoniais,

e) — rendimentos de serviços prestados,

f) — auxílios, contribuições, doações e subvenções de entidades ou empresas de pessoas jurídicas de direito público interno e de direito privado, nacionais ou estrangeiros ou de pessoas físicas.

Art. 5.º — A Fundação será administrada por um Conselho de Curadores, composto de seis (06) membros efetivos e três (03) suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de seis (06) anos, renovável, pelo terço, de dois (02) em dois (02) anos.

Art. 6.º — O Diretor e o Secretário da Faculdade serão nomeados pelo Governador do Estado, aquele dentre professores em exercício eleito em lista tríplice pela Congregação, aprovada pelo Conselho de Curadores e ambos com mandato de dois (02) anos, permitida a recondução.

Art. 7.º — A Fundação não terá fins lucrativos, tem como finalidade criar, instalar e manter na cidade de Laranjeiras do Sul, uma Faculdade de Agronomia.

Art. 8.º — A competência e o funcionamento dos órgãos da Fundação, bem como da Faculdade, serão estabelecidos nos respectivos Estatutos e Regimentos.

Art. 9.º — A Fundação terá como órgão de fiscalização contábil e financeira um Conselho Fiscal, composto de três (03) membros, nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de ilibada reputação, com mandato de quatro (04) anos.

Art. 10 — A Fundação não distribuirá lucros a nenhum título e os seus rendimentos serão integralmente aplicados na

sua manutenção e no da Faculdade, bem como no desenvolvimento de seus objetivos educacionais e de pesquisas.

Art. 11 – Compete ao Conselho de Curadores fixar taxas, contribuições, anuidades e emolumentos escolares.

Parágrafo único – A Fundação, poderá conceder bolsas de estudos, mediante concursos de provas entre os estudantes reconhecidamente pobres, exigindo sempre o posterior reembolso.

Art. 12 – O pessoal da Fundação, bem como o da Faculdade, será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, cabendo ao Estatuto definir a competência para admissão e criação de empregos.

Art. 13 – Na organização do regime didático da Faculdade, inclusive no currículo de seus cursos, a Fundação fará observar as leis do ensino da União e do Estado.

Art. 14 – O Conselho de Curadores elegerá, dentre os seus membros efetivos, o seu Presidente e vice-Presidente, com mandato de dois (02) anos, permitida reeleição por mais um período consecutivo, e elaborará o Estatuto da Fundação, definindo as atribuições de todos os órgãos administrativos.

Art. 15 – Os membros do Conselho Fiscal e os do Conselho de Curadores, bem como seu Presidente e vice-Presidente, não perceberão remuneração ou qualquer vantagem pelas respectivas funções, constituindo o seu efetivo exercício serviço público relevante.

Art. 16 – A Fundação terá duração pelo prazo indeterminado, extinguindo-se quando comprovada a impossibilidade material de sua manutenção, revertendo integralmente o seu patrimônio ao Estado do Paraná.

Art. 17 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1979.

a) LINEU TURRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como escopo a instituição de uma Fundação Educacional com sede em Laranjeiras do Sul, com a finalidade de manter naquela cidade, uma Faculdade de Agronomia.

Laranjeiras do Sul, com uma população aproximadamente 90.000 habitantes e estrategicamente localizada na região centro-oeste do Paraná é o ponto de convergência dos Municípios de Quedas do Iguaçu, Palmeirinha, Guaraniaçu, Chopinzinho, São João, São Jorge D'Oeste e outros, com uma população que beira aos 250.000 habitantes.

Sediando, ainda mais, as administrações das Usinas de Salto Osório e Salto Santiago e, possivelmente, a da Usina de Salto Segredo e em se tratando do terceiro Município do Paraná em extensão territorial, quer nos parecer inteiramente justa a medida ora proposta, para a qual pedimos o indispensável apoio de nossos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 129/79

O presente Projeto de Lei n.º 129/79, de autoria do nobre Deputado LINEU TURRA, visa autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma cidade.

Trata-se de uma iniciativa louvável do nobre Deputado e consta da sua própria justificativa que essa escola de nível superior é de imprescindível importância para a região, não só pelas suas peculiaridades e potencialidades econômicas como também pela sua densidade demográfica, acrescida do fato que seus benefícios irão se estender aos municípios vizinhos, especialmente Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu que se ressentem de uma escolaridade a esse nível obrigando-se os jovens estudantes, a fazerem percursos muito mais extensos, como Guarapuava e Cascavel para alcançarem as suas justas pretensões de grau universitário.

Pelo exposto e como se trata de Projeto autorizatório que poderá ser convalidado com a sanção Governamental, o Parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente

DENI SCHWARTZ – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei n.º 129/79

O nobre Deputado Lineu Turra, com esta iniciativa, intenciona autorizar o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul, a qual será regida por disposições contidas em Decreto Governamental a ser, posteriormente, editado.

O recurso financeiro para que seja alcançado o objetivo proposto está assente no Orçamento Programa Anual para o corrente exercício de 1981, especificamente nos códigos 2510.08440202.392/2510.08440312.393.

Ademais, outros recursos que sejam considerados necessários à instituição da referida Fundação, são mencionados no bojo do Projeto em seu artigo 4.º, o qual nos dá as respectivas fontes de arrecadação.

Por tudo isso, opinamos de maneira favorável à sua aprovação.

É o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 21 de maio de 1981.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO – Presidente

DENI SCHWARTZ – Relator

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 77/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara “Ano da Defesa Ambiental do Paraná”, o ano de 1982. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.M.A., por unanimidade. – Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 77/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º – Fica declarado “Ano da Defesa Ambiental do Paraná”, o ano de 1982.

Art. 2.º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1981.

a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

Através de correspondência epistolar, o ilustre Deputado da Assembléia Legislativa de Goiás encaminha cópia de projeto, convertido em lei, que institui o ano de 1982, como “Ano da Defesa Ambiental do Estado de Goiás”, ao mesmo tempo em que solicita a apresentação de medida idêntica em nosso Estado.

Dada a alta finalidade do trabalho que o ilustre Colega desenvolve agora em nível nacional e porque entendo da maior importância a instituição de um ano dedicado à reflexão e conscientização da necessidade de preservar o meio-ambiente, não vacilei em submeter, à alta consideração da Casa, este Projeto de Lei.

Para melhor ilustrar o sentido dessa campanha, faço seguir junto a este uma cópia da propositura acolhida pela augusta Assembléia Legislativa de Goiás.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 77/81

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, objetiva o presente plano de lei declarar “Ano da Defesa Ambiental do Paraná”, o próximo ano de 1982.

Atendidos o interesse público e as formalidades regimentais, nosso parecer é pela APROVAÇÃO do projeto.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 1981.

aa) AIRTON CORDEIRO – Presidente

JURANDIR MESSIAS – Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Parecer ao Projeto de Lei n.º 77/81

De autoria do nobre Deputado ERONDY SILVÉRIO, objetiva o presente projeto de lei declarar "ANO DA DEFESA AMBIENTAL DO PARANÁ", o ano de 1982.

Por ser a Defesa Ambiental, um problema que muito tem preocupado a população de nosso Estado, chamando também a atenção do Governo Estadual, em várias ocasiões, o projeto de lei em pauta, deverá movimentar a comunidade paranaense, chamando as atenções para o combate à poluição, e a preservação do meio ambiente.

Atendidas as formalidades regimentais, nosso parecer é favorável pela sua APROVAÇÃO, tendo em vista que o mesmo vem de encontro aos interesses públicos.

Sala das Comissões, em 01 de outubro de 1981.

aa) RENATO BERNARDI – Presidente.

LÁZARO DUMONT – Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Arlete Schmidlin, Imbiriba, ocorrido, nesta Capital. – Aprovado. – Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando envio de expediente ao Senhor Coordenador Regional do INPS no Paraná, encarecendo que o mesmo forneça a relação das pensões por morte, concedidas pelo FUNRURAL em Barbosa Ferraz, nos últimos cinco anos. – Em votação.

O SR. DARCY DEITOS – Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) – Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Faço o encaminhamento de votação do presente requerimento, tendo em vista que na data de ontem, sentimos a predisposição da Bancada Situacionista do PDS, nesta Casa, de votar contrariamente a este requerimento, talvez por alguns dos Srs. Deputados do PDS desconhecerem o motivo que nos leva a fazer este requerimento, solicitando que o Superintendente Regional do INPS no Paraná, nos forneça a relação das pensões por morte concedidas nos últimos cinco anos, na cidade de Barbosa Ferraz.

E por que fizemos isso, Sr. Presidente? É que durante o recesso parlamentar em visita àquele município constatamos de que quatro senhoras viúvas receberam os seus carnês de pensões pela morte dos seus maridos no mês de março. Quando elas foram receber os seus carnês, o agente do FUNRURAL, lá no Município de Barbosa Ferraz, dizia que elas teriam direito não ao valor estipulado no carnê, e sim o valor concernente da data da entrada do requerimento naquela agência, e não da data do óbito.

E tiveram que devolver as importâncias em dinheiro. Receberam o carnê do agente, foram ao banco, retiraram o dinheiro e foram até a agência e devolveram, entregaram em dinheiro para o agente. Sessenta dias depois, por movimentação que foi efetuada naquele município, o agente remete para Curitiba as importâncias dessas quatro viúvas.

Nós, tomando conhecimento "in loco", deste problema, nos dirigimos no início do mês de agosto, Sr. Presidente, à Coordenadoria de Manutenção de Benefícios do FUNRURAL. E lá vimos o recurso interposto para que as importâncias dessas quatro senhoras fosse devolvida. E com a nossa movimentação naquela Coordenadoria é que o processo foi apreciado pela Comissão Jurídica daquela Coordenadoria, Remetido ao Rio de

Janeiro para a emissão de novos carnês. Isto no início do mês de agosto.

Na mesma oportunidade, Sr. Presidente, com a constatação desses quatro casos, demos entrada diretamente naquela Coordenadoria de um ofício solicitando que nos fosse entregue uma relação das pensionistas nos últimos cinco anos, daquele município. Porque se quatro casos recentes ocorreram, outros poderiam ter ocorrido e pessoas teriam sido lesadas e os seus direitos não terem sido reconhecidos e importâncias indevidas foram recolhidas ao INPS.

Aí, Sr. Presidente, passados quarenta e três dias desse nosso ofício que tomou o número 4254, no INPS de Curitiba, demos entrada, nesta Casa, de um requerimento que encontrasse agora para ser votado que o INPS oficialmente então se manifestasse já que um ofício dirigido do gabinete do Deputado para a Superintendência não tem valor, de gabinete para gabinete.

Então, entendemos de que teria que ser oficialmente. No dia 24 de setembro, o eminente Líder da Bancada do PDS nesta Casa, Deputado Erondy Silvério, vai à tribuna e diz que nós estávamos desinformados e que o Superintendente já tinha tomado providências.

Mas que providências, se ele não tinha respondido nosso primeiro ofício de 43 dias antes? Aí, Sr. Presidente, no dia 29 de setembro recebemos das mãos do eminente Líder Erondy Silvério, um ofício dirigido do Superintendente do INPS, Sr. Cleverson Marinho Teixeira para este Deputado, esclarecendo que tomou conhecimento através da imprensa que nós havíamos protocolado um requerimento no INPS no dia 10/08. E nos dizia de que já havia solicitado, àquele escritório local do FUNRURAL, para que fornecesse a relação.

Mas, Sr. Presidente, estranhemos os termos do ofício, como é que se quero levantar uma dúvida, quero pegar a relação, este Deputado e os nossos eminentes companheiros de Barbosa Ferraz, queremos a relação das pensionistas porque iremos percorrer uma por uma a ver se algumas delas teve seus direitos lesados, para que o INPS devolva as importâncias que teriam direito.

Então, Sr. Presidente, este foi todo o desenrolar.

Agora, no dia 13 de outubro de 1981, exatamente a semana passada, recebemos novo ofício do Superintendente do INPS do Paraná, nos remetendo uma relação que tenho em mãos, de 260 pensionistas que foram concedidas, nos últimos cinco anos naquele município, mas cuja relação quem forneceu foi o agente do FUNRURAL de Barbosa Ferraz. E ainda nos diz no ofício do dia 13 de que tão logo ele tenha em mãos o levantamento efetivo, com os dados da pessoa falecida, da data do óbito, do cartório em que foi registrada a certidão de óbito, ele nos remeterá.

O motivo deste requerimento que demos entrada oficialmente e que ontem a Bancada de Sua Excelência votou contrariamente, talvez até por desconhecer estes fatos, é porque queremos a realação para que possamos, naquele município, através de visitas lá no Interior, ver se alguma delas teve seus direitos lesados, — como estas quatro tiveram, e que só agora, na última sexta-feira, é que receberam as importâncias de volta. Sete meses depois, sem juros e correção monetária.

É este o motivo porque o requerimento encontra-se na mesa para que seja votado, tendo em vista que o eminente Superintendente do INPS já tem conhecimento de toda a problemática. Dois ofícios já nos chegaram às mãos de que está sendo providenciado e não vemos nada de mais de que esta Casa votasse este requerimento, para ficar registrado oficialmente. Não vai diminuir a Bancada de ninguém, votar num requerimento onde é solicitada uma simples relação oficial, para que possamos defender os direitos, se alguma dessas pessoas tiver seus direitos lesados.

Não estamos acusando ninguém. Queremos esta relação

para salvaguardar o nome até do Superintendente do INPS do Paraná.

É isto, Sr. Presidente, que precisava ser esclarecido para que os Srs. Deputados votasse livres e corretamente, e não aquela base de que basta, ser um requerimento de um Deputado da Oposição que simplesmente vota-se contra.

Era este o esclarecimento e creio que fui bastante claro. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No encaminhamento da votação feito pelo eminente Deputado Darcy Deitos, ele já deu conhecimento de que o Superintendente do INPS tomou ciência de sua solicitação com referência ao fornecimento da relação dos beneficiários aposentados, das pensões das viúvas, no Município de Barbosa Ferraz. E segundo ele informa, recebeu também uma correspondência do Superintendente, datada do dia 29 de setembro, dizendo que está aguardando a remessa dessa relação. Então, logo que seja entregue, será encaminhado ao Deputado.

Um trecho do requerimento, diz o seguinte: — “Em 76, por hábito da Direção Geral do ex-FUNRURAL, — não é, portanto, o agente do FUNRURAL de Barbosa Ferraz, considerando a detecção por parte da Inspeção de inúmeros casos, em que houvera pensões concedidas com base em certidões de óbito fraudulentas, decidiu estabelecer o início do pagamento, a partir da data do requerimento, ficando o pagamento do período entre o requerimento e a data do óbito condicionada a uma comprovação posterior da veracidade da data do evento.” De forma que estava aguardando e procurando evitar irregularidades antes ocorridas, contava da data do requerimento, pagando, conseqüentemente, a diferença, caso fosse constatada veracidade. A diferença da data do óbito à data do requerimento.

No outro trecho do expediente, encaminhado ao Deputado Darcy Deitos, diz o seguinte, o Sr. Superintendente, Cleverson Marinho Teixeira: “Temos a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, anexo a presente relação de beneficiários, em manutenção na representação da previdência social, área rural, no Município de Barbosa Ferraz, até 31 de julho de 1981. Esclarecemos que tão logo a representação em questão, nos envie o levantamento que solicitamos através de nossa Cir-

cular n.º 614.005, de 22 de setembro de 1981, em que hora enviamos cópia xerox para vosso conhecimento e que poderemos completar as informações solicitadas.” Portanto, o Superintendente do INPS não está negando e tem o máximo interesse em esclarecer ao nobre Deputado a sua pretensão. Não vejo, portanto, motivo de nova solicitação e tão logo chegue, esta relação será entregue em mãos ao Deputado.

Era este o esclarecimento que eu queria prestar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram conservar-se como estão. — Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Deferido o requerimento. Vai se proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

Oito Senhores Deputados aprovam, seis rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 22, quinta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 69/81.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 129/79 e 77/81.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 54, 55, 56, 57, 58 e 80/81.

Marcando ainda uma Sessão Extraordinária para amanhã, dia 22, quinta-feira, após o encerramento da Sessão Ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 42, 63 e 68/81, e de Resolução n.ºs 44, 45 e 46/81.

Levanta-se a sessão.